

**IX CONFERÊNCIA DE CHEFES DE ESTADO E DE GOVERNO
DA COMUNIDADE DOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA
Maputo, 20 de Julho de 2012**

DECLARAÇÃO DE MAPUTO

1. Os Chefes de Estado e de Governo da República de Cabo Verde, da República de Moçambique, da República Portuguesa, da República Democrática de São Tomé e Príncipe e da República Democrática de Timor-Leste, o Chefe de Estado Interino da República da Guiné-Bissau, e os Vice-Presidentes da República de Angola e da República Federativa do Brasil, reuniram-se na IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) em Maputo, no dia 20 de Julho de 2012.
2. Elegeram Sua Excelência o Senhor Armando Emílio Guebuza, Presidente da República de Moçambique, Presidente da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, para os próximos dois anos.
3. Reafirmaram a plena validade do seu compromisso histórico, consagrado na Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, com a Democracia, o Estado de Direito, os Direitos Humanos e a Justiça Social, enquanto pressupostos para a paz e segurança e para a criação de condições favoráveis ao desenvolvimento dos seus países.
4. Tomaram nota, com satisfação, das medidas adotadas e das ações desenvolvidas desde a VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, realizada em Luanda, no dia 23 de Julho de 2010, para afirmação da Comunidade, pela concretização dos seus objetivos e reforço do seu prestígio alicerçada na cooperação crescente entre os Estados membros.
5. Aprovaram uma Declaração sobre o tema da Conferência “A CPLP e os Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional”, realçando que o objectivo global da Estratégia de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (ESAN-CPLP) é o de contribuir para a concretização do direito humano à alimentação adequada, e erradicação da fome e da pobreza na Comunidade,

através do reforço da coordenação entre os Estados membros das políticas e programas sectoriais de segurança alimentar e nutricional; realçaram ainda que o ponto central desta Estratégia passa pelo compromisso dos Estados membros em assumirem a segurança alimentar e nutricional como prioridade da agenda política nacional e comunitária como estratégia inerente ao desenvolvimento;

Endossaram como eixos prioritários da ESAN-CPLP: o fortalecimento da governança; o acesso à alimentação para melhoria das condições de vida dos grupos mais vulneráveis; o aumento da oferta de alimentos pelos pequenos produtores;

Aprovaram a constituição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP, enquanto órgão de assessoria e consultivo da Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP na área da Segurança Alimentar e Nutricional;

Saudaram a criação desta plataforma ministerial e de multi-atores para a coordenação das ações desenvolvidas pelos Estados membros na área da Segurança Alimentar e Nutricional e recomendaram que o Conselho seja constituído, a médio prazo, por representantes dos Conselhos Nacionais de Segurança Alimentar e Nutricional de cada Estado membro e representantes da sociedade civil, sector privado, sindicatos, instituições de ensino e/ou investigação, organizações de mulheres rurais e de camponeses.

6. No âmbito da concertação política e diplomática, destacaram:

- i) O reforço dos mecanismos de concertação política entre os Estados membros em prol da preservação dos seus legítimos interesses e dos da Organização no cenário internacional.
- ii) O apoio da CPLP no acompanhamento regular da situação interna da Guiné-Bissau, com vista à normalização política, institucional e social do país;
- iii) O acordo bilateral de cooperação técnico-militar entre Angola e a Guiné-Bissau que levou ao estabelecimento da Missão de Assistência de Angola à Guiné-Bissau (MISSANG).

Lamentaram vivamente a interrupção do processo de Reforma do Setor de Defesa e Segurança da Guiné-Bissau, o que prejudicou o processo de estabelecimento de uma paz duradoura, da estabilidade e desenvolvimento do país;

- iv) A conclusão da revisão dos Estatutos da CPLP adequando-os à evolução da Comunidade, esforço que contribuirá para a estabilidade funcional da Organização;
- v) A celebração dos 10 anos da restauração da independência de Timor-Leste e congratularam-se com os resultados positivos, alcançados nos últimos dois anos, na estabilização política, no continuado crescimento económico e desenvolvimento social, bem como a certificação da transparência dos rendimentos dos recursos naturais pelo EITI (*Extractive Industries Transparency Index*).

Felicitaram Timor-Leste pela realização do Primeiro Momento Cultural CPLP, em Maio de 2012, promovendo o conhecimento da Organização na sociedade timorense;

- vi) A celebração do Memorando de Entendimento para o estabelecimento de uma Representação da CPLP em Díli, a qual permitirá reforçar os laços que unem a Organização a este Estado membro em matéria de concertação político-diplomática, cooperação e promoção da Língua Portuguesa e desenvolver novas complementaridades nas intervenções a nível regional e multilateral.
- vii) O facto de o estabelecimento da Representação da CPLP permitir ao Secretariado Executivo prestar apoio ao Governo de Timor-Leste no decurso da sua presidência da Comunidade e corresponder à solicitação da Comissão Nacional de Timor-Leste do Instituto Internacional de Língua Portuguesa de criação de um espaço físico para a sua instalação;
- viii) A realização de eleições regulares nos Estados membros e a legitimidade democrática que daí decorre, como elemento essencial para assegurar a estabilidade política e social nos seus países, a consolidação de instituições democráticas e representativas e o estabelecimento efectivo de Estados de direito. Neste sentido, saudaram o papel da CPLP

e dos seus Estados membros na observação das eleições legislativas (2010) e presidenciais (2011) em São Tomé e Príncipe; da primeira volta das eleições presidenciais (Março de 2012) na Guiné-Bissau; e das eleições presidenciais (Março de 2012) e legislativas (Julho de 2012) em Timor-Leste.

- ix) Reiteraram a intenção de atender às solicitações dos Estados membros para a realização de futuras Missões de Observação Eleitoral, instrumento que consideram constituir um contributo relevante para o fortalecimento da confiança pública nos processos eleitorais e para uma cidadania participada, bem como para a promoção dos princípios democráticos, da boa governação e do respeito pelos direitos humanos no espaço da CPLP;
- x) A necessidade de reformar e revitalizar o sistema das Nações Unidas, em particular o Conselho de Segurança, incluindo os seus métodos de trabalho, de modo a torná-lo mais legítimo, eficaz, transparente e representativo diante das novas realidades mundiais. Recordando os termos do Comunicado Final da II Reunião do Conselho de Ministros (Salvador, 1997), da Declaração de São Tomé (2004), da Declaração de Bissau (2006), da Declaração de Lisboa (2008) e da Declaração de Luanda (2010), reiteraram o seu apoio à integração do Brasil no Conselho de Segurança da ONU como membro permanente. Reiteraram igualmente o apoio à reivindicação africana contida no Consenso de Ezulwiny;
- xi) O firme compromisso com a resolução de conflitos por meio pacíficos e sublinharam a importância de esforços permanentes da diplomacia preventiva e da mediação. Compartilharam a opinião de que a comunidade internacional deve ser rigorosa em seus esforços para valorizar, buscar e exaurir todos os meios pacíficos e diplomáticos disponíveis para proteger populações sob ameaça de violência, de acordo com os princípios e propósitos da Carta das Nações Unidas. A CPLP saúda os esforços do Brasil de aprofundar as discussões e aprimorar conceitos relacionados a esse tema.
- xii) O sucesso da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), realizada em Junho de 2012, no Rio de Janeiro, que permitiu iniciar uma nova conjuntura global e a renovação do

compromisso político com o desenvolvimento sustentável, refletido numa visão ambiciosa de um padrão diferenciado de desenvolvimento a nível global. Assim, destacaram a definição de novas directrizes, permitindo uma transição global para uma economia verde e inclusiva, promotora da conservação do ambiente, contribuindo para a erradicação da pobreza e estimulando uma economia de baixa emissão de carbono através do uso eficiente dos recursos naturais;

- xiii) A apresentação de novas candidaturas a Observadores Associados da CPLP, considerando que a aproximação de países, de fora do espaço da Comunidade, a prestigia e projeta política e economicamente;
- xiv) Os esforços, já desenvolvidos, pelas autoridades da Guiné-Equatorial com vista ao cumprimento do Programa de Adesão acordado com a CPLP, incentivando-as na implementação dos Planos de Ação, da sua responsabilidade, e constituindo um Grupo Permanente de Acompanhamento Conjunto, mandatado pelo Conselho de Ministros, com termos de referência, claramente definidos, que monitorize e ajude a Guiné-Equatorial a implementar as ações acordadas, para que possa convergir com os Objetivos e Princípios Orientadores da Comunidade, respeitando as disposições estatutárias da CPLP;
- xv) A realização da III sessão da Assembleia Parlamentar da CPLP, em Díli, que debateu temas de grande relevância como os processos de integração regional; a Ásia e a CPLP; as políticas de saúde reprodutiva; a política de recursos humanos e desenvolvimento sustentável; a cooperação e o desenvolvimento como instrumento fundamental para a promoção da paz; a importância da inventariação dos recursos naturais e a sua exploração sustentável.

Tomaram boa nota e congratularam-se com a aprovação das recomendações relativas à promoção da Língua Portuguesa, designadamente como fator de unidade e de convivência cultural, como língua de trabalho nas organizações internacionais, em especial na UIP – União Interparlamentar - e no sistema das Nações Unidas, bem como no que respeita à formulação das estratégias de políticas públicas de desenvolvimento da Língua Portuguesa, em particular no contexto de Timor-Leste;

- xvi) A realização do IV Fórum da Aliança das Civilizações (AdC), em Doha, em Dezembro de 2011, sob o lema *O Diálogo Intercultural promove o Desenvolvimento*, saudando o Alto Representante do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Aliança, Ex-Presidente da República Portuguesa, Jorge Sampaio.

Saudaram a realização do *Partners Fórum* da Aliança das Civilizações (AdC), em Istambul, a 31 de Maio e 1 de Junho de 2012, e reconheceram a necessidade de estabelecer iniciativas e mecanismos que favoreçam o diálogo entre culturas e políticas de desenvolvimento, novas estratégias para o diálogo intercultural, num mundo marcado pela diversidade cultural e apoiaram a criação de mecanismos de financiamento sustentáveis para a execução dessas iniciativas;

- xvii) A continuidade da prática adotada pela CPLP de endossar as candidaturas de seus Estados membros a cargos e funções no âmbito do sistema das Nações Unidas, que contribuiu para o sucesso das seguintes candidaturas, entre outras: O endosso da CPLP às seguintes candidaturas, no âmbito do sistema das Nações Unidas: (i) de José Graziano da Silva, do Brasil, a Diretor-Geral da FAO; (ii) do Eng.º Estêvão Stefane Mahanjane, de Moçambique, ao posto de membro da Comissão sobre os Limites da Plataforma Continental.

Nesse contexto, saudaram a escolha, pelo Secretário-Geral das Nações Unidas, de Carlos Pinto Lopes, da Guiné-Bissau, a Secretário Executivo da Comissão Económica das Nações Unidas para África, que contou com o apoio da CPLP.

Manifestaram o endosso da CPLP às seguintes candidaturas no âmbito do sistema das Nações Unidas: (i) do Senhor Isaú Meneses, de Moçambique, ao Comité da Convenção dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência, para o mandato 2012-2016; (ii) de Portugal para o Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas, para o triénio de 2015-17; (iii) do Brasil, ao Conselho Económico e Social da ONU (ECOSOC), para o mandato 2015-2017; (iv) do Senhor Wanderlino Nogueira Neto, do Brasil, ao Comité dos Direitos da Criança, para o mandato 2013-2017; (v) do Brasil, para o Comité Organizacional da Comissão de Construção da Paz (CO-CCP), para o mandato 2013-2014;

(vi) do Brasil, para a Comissão de Estatística do ECOSOC, para o mandato 2014-2017; (vii) do Senhor Raúl de Melo Cabral, da Guiné-Bissau, ao cargo de Diretor do escritório de ligação da ONU à FAO, em Nova Iorque;

7. Congratularam-se com a prossecução da reestruturação do Secretariado Executivo da CPLP, para o reforço da sua capacidade técnica, necessária para uma adequada articulação entre a Presidência do Conselho de Ministros e os demais órgãos da CPLP.
8. No âmbito da cooperação para o desenvolvimento, reafirmaram a sua contribuição para o desenvolvimento sustentável nos Estados membros, tendo destacado:
 - i) Que esta se reveste da maior importância no processo de consolidação da Comunidade e na sua projeção enquanto Organização internacional, e, nessa perspetiva, solicitaram aos Pontos Focais de Cooperação que tomem em atenção as conclusões dos *fora* internacionais, nomeadamente as conclusões da Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), estimulando o incremento de metodologias e procedimentos que promovam a apropriação pelos beneficiários, a eficácia, a coordenação e harmonização das ações de cooperação a delinear, e recomendando que a implementação da cooperação comunitária esteja centrada no fortalecimento institucional dos Estados membros;
 - ii) A sua determinação em associar-se à reflexão em curso sobre a reformulação dos Objetivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM) e a criação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
 - iii) O potencial de mútuo benefício oferecido pela cooperação entre os Estados membros da CPLP que, numa lógica de cooperação horizontal, promove sinergias e o espírito de parceria entre os diferentes atores. Neste âmbito, frisaram, igualmente, o seu potencial de contributo para a partilha de conhecimento e experiências entre a cooperação tradicional e a cooperação Sul-Sul em foco noutros contextos internacionais;
 - iv) A necessidade, no quadro da articulação das Reuniões Ministeriais Sectoriais com o Secretariado Executivo e os Pontos Focais de

Cooperação, da aplicação das decisões emanadas da VII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, que *“solicita que se reforcem os meios e condições para se prosseguir uma melhor coordenação e articulação das prioridades nacionais de cooperação para uma maior eficácia das ações desenvolvidas no espaço comunitário, designadamente quanto à sua apropriação pelos beneficiários”*.

Instaram, assim, a que este exercício seja potenciado através de um planeamento e concertação crescentes entre os Pontos Focais de Cooperação (PFC) e/ou os Gabinetes de Coordenação Nacional CPLP, já existentes em alguns Estados membros, e a criar nos outros, e as estruturas de suporte das Reuniões Ministeriais, designadamente os Secretariados Técnicos Permanentes;

- v) A participação da CPLP, como organização multilateral, na Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), o que reforçou o papel da CPLP no debate sobre uma nova Agenda para o Desenvolvimento, ao alertar a Comunidade internacional para os desafios enfrentados pela nossa Organização, enfatizando a necessidade de se reforçar a coerência e as ligações entre as dimensões ambiental, económica e social do desenvolvimento sustentável e a importância do reforço da governação ambiental ao nível global, regional, nacional e local;
- vi) Congratularam-se com o nível de execução técnica e operacional dos vários Planos Estratégicos de Cooperação Setoriais já aprovados: o Plano Estratégico de Cooperação em Saúde (PECS-CPLP), o Plano Estratégico de Cooperação para a Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres na CPLP (PECIGEM/CPLP), a Estratégia da CPLP para os Oceanos e a recente aprovação do “Documento Estratégico para a Juventude da CPLP 2015 e Além”; e o processo de aprovação em curso, do Plano Estratégico de Cooperação em Ambiente da CPLP (PECA-CPLP) e do Programa de Cooperação para a Promoção dos Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência na CPLP.

Salientaram, em especial, o elevado nível de execução técnica e operacional do Plano Estratégico de Cooperação em Saúde da CPLP (PECS/CPLP), instrumento que, apostando na cooperação multilateral, vem adquirindo um carácter abrangente e integrador de sinergias,

fortalecendo os sistemas nacionais de saúde dos Estados membros da CPLP, destacando, com satisfação, a operacionalização do Centro de Formação Médica Especializada da CPLP (CFME), na Cidade da Praia, e as atividades da Rede de Institutos Nacionais de Saúde Pública da CPLP (RINSP-CPLP) e Rede de Escolas Técnicas de Saúde da CPLP (RETS-CPLP);

- vii) A realização das XXII, XXIII, XXIV, XXV Reuniões de Pontos Focais de Cooperação (RPFC) que permitiram a identificação e o acompanhamento de projectos multilaterais, visando a promoção do desenvolvimento e a erradicação da pobreza;
- viii) A aprovação do Regimento do Fundo Especial da CPLP pela XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, instrumento de vital importância para a operacionalização da nova visão estratégica de cooperação da Comunidade, permitindo a sua atualização para dar resposta ao desenvolvimento e crescente complexidade da cooperação intracomunitária;
- ix) A aprovação da ESAN-CPLP pela XVI Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, em Luanda, em Julho de 2011, com vista à institucionalização progressiva do tema Segurança Alimentar e Nutricional na CPLP e da sua governabilidade a nível regional, e a sua apresentação à 37ª Reunião do Comité Mundial de Segurança Alimentar;
- x) A aprovação do Projeto “CPLP nas Escolas” pela XXIV RPFC, que pretende contribuir para a realização do ODM 8 através da promoção da educação para o desenvolvimento e cidadania, favorecendo a inter-relação social e cultural que promova na CPLP uma cidadania global responsável, incentivando as Escolas piloto a iniciar um processo de partilha de experiências para que se construam e solidifiquem pontes entre os Estados membros da CPLP nos domínios da justiça, igualdade e solidariedade, visando um desenvolvimento humano sustentável para as próximas gerações;
- xi) Os progressos verificados na abordagem das áreas de cooperação em Saúde e em Ambiente, incentivando o Secretariado Executivo a prosseguir os esforços desenvolvidos em áreas como a Educação para o Desenvolvimento e Cidadania, Direitos Humanos das Pessoas com

Deficiência, Trabalho e Proteção Social, Combate ao Trabalho Infantil, Igualdade de Género, Juventude e Desportos, Governação e Migrações para o Desenvolvimento.

Felicitaram, assim, a realização do Seminário sobre os Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência no âmbito da CPLP, em Brasília, em Outubro de 2011, que aprovou uma proposta de “Programa de Cooperação da CPLP em Direitos Humanos das Pessoas com Deficiência” que terá como denominador a Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência; e incentivaram os Estados membros que ainda não assinaram ou ratificaram a Convenção a promover a conclusão dos respetivos procedimentos de assinatura e/ou ratificação.

Sublinharam, no quadro do respeito pelos Direitos Humanos e pelas Liberdades e Garantias, a utilidade da criação, nos Estados Membros da CPLP, de Instituições Nacionais de Direitos Humanos, respeitadoras dos princípios de Paris.

Neste âmbito, tomaram boa nota do empenho que o Provedor de Justiça de Portugal tem vindo a desenvolver nesta matéria, estando, de momento, a preparar um Seminário com a CPLP, em parceria com o Alto Comissariado das NU para os Direitos Humanos.

Congratularam-se com a realização da II e III Reuniões de Pontos Focais da CPLP para a área do Trabalho Infantil, respetivamente em Maputo, em Outubro de 2010, e Praia, em Abril de 2012, que instam os Estados membros a adotar estratégias e programas operacionais de combate às piores formas de exploração do trabalho infantil; e reconheceram a visibilidade alcançada pelas campanhas televisivas conjuntas da CPLP e Escritório da OIT em Lisboa, de 2011 e 2012, no dia Mundial de Luta contra o Trabalho Infantil, celebrado a 12 de Junho.

Instaram o Secretariado Executivo a prosseguir o acompanhamento das ações de cooperação na área da Juventude, reconhecendo os progressos alcançados na educação para o desenvolvimento e cidadania; e incentivaram a conclusão do processo de aprovação da Carta da Juventude da CPLP;

Reafirmaram o contributo dos projetos Capoeira: formação técnico-profissional e Cidadania; ODM *Campus Challenge*; Escola de Jovens Líderes da CPLP; CPLP nas Escolas; e Apoio ao Desenvolvimento da Produção de Artesanato em São Tomé e Príncipe - Fases II e III, como promotores de educação para o desenvolvimento e cidadania, incentivando à sua conclusão e disseminação em todos os Estados membros.

Tomaram boa nota da aprovação e continuação dos projetos de cooperação para o desenvolvimento que atuam em domínios estratégicos da Comunidade, designadamente jurídico, científico e técnico e estatístico, como exemplo a consolidação do Projeto da Base de Dados LegisPALOP e a criação da respetiva Unidade Técnica, Operacional e de Gestão Regional; a continuidade do projeto LABPALOP com extensão a Timor-Leste (IV fase); e a aprovação do Programa de Capacitação dos Sistemas Estatísticos Nacionais dos PALOP e Timor-Leste.

Incentivaram o Secretariado Executivo a prosseguir esforços para dar continuidade ao acompanhamento dos temas ligados à Igualdade de Género, Governação, Direitos Humanos, Migrações para o Desenvolvimento e a estabelecer Memorandos de Entendimento com organismos multilaterais que trabalhem nesses domínios, dinamizando parcerias e cooperação para o desenvolvimento de ações estruturantes no quadro do desenvolvimento sustentável da Comunidade;

- xii) A necessidade de se atualizar e operacionalizar a proposta de Plano Estratégico da CPLP para Timor-Leste, para que se dê efetivo cumprimento às decisões emanadas da XII Reunião do Conselho de Ministros da CPLP;
- xiii) A importância de se operacionalizar, no Secretariado Executivo, o processo “Auditoria dos 4 pilares” com a Comissão Europeia.
- xiv) Congratularam-se com os resultados do I Fórum da Sociedade Civil da CPLP, realizado entre 28 e 30 de Setembro de 2011, em Brasília, que identificou os seus mecanismos de governação, reconhecendo esta plataforma como um agente representativo das organizações sociais da CPLP que querem contribuir para as decisões políticas e participar na implementação de projetos que venham a ser desenvolvidos entre os

Estados membros da CPLP. Tomaram boa nota da criação da Comissão Provisória do Fórum da Sociedade Civil e afirmaram seu compromisso de dar continuidade ao diálogo com vistas a estabelecer mecanismos permanentes de participação da sociedade civil nas atividades da CPLP;

9. Tomaram boa nota das decisões das Reuniões Ministeriais Setoriais ocorridas desde a VIII Conferência de Chefes de Estado e de Governo, realizada em Luanda, a 23 de Julho de 2010:

- i) Felicitando a criação, no âmbito da XII Conferência de Ministros da Justiça, que teve lugar de 26 a 29 de Julho de 2010, em Maputo, de duas Comissões de Trabalho relativas aos temas do Tráfico de Seres Humanos e Corrupção nas Transações Comerciais Internacionais e instando os Estados Membros, que à data ainda não o tenham feito, a concluir o processo de vinculação das convenções respeitantes à Extradicação, ao Auxílio Mútuo Judiciário em Matéria Penal, e à Transferência de Pessoas Condenadas no espaço da CPLP;
- ii) Saudando a realização da XII Reunião de Ministros da Defesa, em Brasília, a 10 e 11 de Novembro de 2010, que analisou as questões internacionais e as implicações político-militares no contexto regional dos países da CPLP; e aprovou, entre outros, o acordo técnico para o Exercício "Felino 2010" e o Memorando de Entendimento para os Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP na vertente das operações de apoio à paz;
- iii) Registando a realização da XI Reunião dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais da CPLP que teve lugar em Luanda, entre 28 e 30 de Março de 2011, e que se centrou na cooperação entre os Estados membros, no sentido de encontrar mecanismos para reforçar e aperfeiçoar as políticas de formação profissional e de integração social, continuando-se a criar sinergias entre políticas de proteção social, emprego e desenvolvimento no marco da Agenda do Trabalho Decente/Digno;
- iv) Congratulando-se com a realização da Reunião Extraordinária de Ministros/as Responsáveis pela Igualdade de Género da CPLP, em Luanda, a 10 e 11 de Maio de 2011, que aprovou o Plano de Ação que

define ações concretas para a implementação de políticas sobre a igualdade de género no quadro político da Comunidade;

- v) Saudando a realização do II Fórum de Ministros da Administração Interna / Interior da CPLP em Luanda, a 4 de Novembro de 2011 que, tendo em conta a importância e a necessidade crescente do debate conjunto de problemas e preocupações comuns dos Ministros responsáveis pela segurança e administração interna dos Países da Comunidade, resultou na adoção da Declaração de Luanda, no âmbito da qual foram aprovadas iniciativas em matéria de migração e fronteiras, segurança e ordem pública, proteção civil e bombeiros, serviços prisionais e prevenção e segurança rodoviária.

No referido Fórum foi reiterado o compromisso no sentido de os laços de cooperação e de amizade entre os Estados participantes se fazerem consubstanciar em ações e iniciativas concretas, que se revistam de vantagens inequívocas para os cerca 240 milhões de cidadãos da CPLP, tendo a República de Moçambique aceite o compromisso de organizar o III Fórum de Ministros da Administração Interna/Interior;

- vi) Saudando a realização do II Fórum de Ministros da Administração Interna / Interior da CPLP em Luanda, a 4 de Novembro de 2011, que aprovou iniciativas em matéria de migração e fronteiras, segurança e ordem pública, proteção civil e bombeiros, serviços prisionais e prevenção e segurança rodoviárias;

- vii) Registando que a XIII Reunião de Ministros da Defesa da CPLP, a 29 de Novembro de 2011, na Ilha do Sal, aprovou, entre outros, disposições sobre o Centro de Análise Estratégica da CPLP, em Maputo, e a criação dos Centros de Excelência de Formação de Formadores da CPLP na vertente de operações de manutenção da paz;

- viii) Saudando a VII Reunião de Ministros da Educação da CPLP, realizada em Luanda, a 30 de Março de 2012, instaram o Secretariado Executivo da CPLP a dar seguimento às deliberações que se inscrevem no âmbito do Acordo Geral de Cooperação, no que diz respeito à defesa e promoção da língua através da formatação de projectos a serem financiados pelo Fundo Especial da CPLP e outros fundos para a elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON); e a

prosseguir o Programa CPLP nas Escolas em todos os Estados membros, devendo ser, igualmente, apoiadas iniciativas que visem a participação dos jovens nas Olimpíadas da Matemática da CPLP.

Destacaram a vontade manifestada no sentido de alargar experiências de cooperação bilateral bem-sucedidas a projetos de cooperação multilateral, no quadro da melhoria de eficiência e da eficácia dos sistemas educativos dos Estados membros;

- ix) Saudando a realização da VIII Reunião dos Ministros da Cultura da CPLP, a 2 e 3 de Abril de 2012, em Luanda, que mandatou o Secretariado Executivo a elaborar, com o apoio dos Pontos Focais da Cultura, um Plano Estratégico de Cooperação Cultural Multilateral da CPLP e respetivo Plano de Ação.

Regozijaram-se com a proposta de instituição da Capital da Cultura da CPLP, em regime de rotatividade, no âmbito da celebração do Dia 5 de Maio, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP.

Apoiaram o compromisso de desenvolver iniciativas para a obtenção de recursos financeiros junto dos Estado membros, de modo a garantir a sustentabilidade de ações prioritárias, nomeadamente, o II Programa de Fomento à Produção e Teledifusão do Documentário da CPLP (DOCTV-CPLP);

- x) Aplaudindo os resultados da V Reunião de Ministros do Ambiente da CPLP, realizada de 2 a 4 de Maio, no Sal, e da I Reunião Extraordinária de Ministros do Ambiente da CPLP, realizada de 19 a 21 de Março, em Luanda, as quais contribuíram para a formulação da posição da CPLP, como organização internacional, apresentada pelo Secretário Executivo da CPLP na Conferência das Nações Unidas de Desenvolvimento Sustentável (RIO+20), em Junho, no Rio de Janeiro.

Regozijaram-se, também, com a aprovação, *ad referendum*, pela XVII Reunião Ordinária do Conselho de Ministros, do Centro Internacional de Investigação Climática e Aplicações para os Países de Língua Portuguesa e África (CIICLAA) como Centro da CPLP, cujo principal objectivo é o de

fomentar a investigação aplicada nas áreas das Geociências Ambientais no seio da CPLP e Africa, cuja sede será em Cabo Verde;

- xi) Congratulando-se com a realização da I Reunião dos Ministros do Comércio da CPLP, a 14 de Maio de 2012, em Luanda, como fórum privilegiado para o debate e orientações para a promoção do reforço da integração económica da CPLP e melhoria do clima de negócios nos Países da Comunidade.

Saudaram, assim, a aprovação do Relatório “Aliança Estratégica para a Promoção do Comércio e Investimento” como documento base da cooperação no domínio do Comércio e Investimento, com o enfoque da cooperação económica e empresarial nos seguintes “Clusters” e Setores de desenvolvimento de interesse comum aos Estados membros da CPLP: Conhecimento (Investigação e Desenvolvimento); Novas Tecnologias; Agricultura e Desenvolvimento Rural; Infraestruturas; Mar e Recursos Naturais; Energia e Turismo; e que propõe como eixos de cooperação económica na CPLP, para ultrapassar as dificuldades estruturais ao desenvolvimento do Comércio e Investimento, a melhoria do ambiente de negócios para a promoção do comércio e do investimento, a capacitação institucional e empresarial e a melhoria dos mecanismos de financiamento;

- xii) Louvando a II Reunião de Ministros dos Assuntos do Mar da CPLP, a 1 de Junho de 2012, em Luanda, que renovou o debate em torno da Estratégia dos Oceanos da CPLP, alinhando-as com as novas prioridades políticas e estratégicas dos Estados membros para os assuntos do Mar à luz do novo contexto internacional e reiterando a promoção de uma visão integrada para o incentivo ao desenvolvimento sustentável dos espaços oceânicos, sob as respetivas jurisdições nacionais;
- xiii) Registando os consensos obtidos na V Reunião de Ministros da Agricultura da CPLP, a 1 de Junho de 2012, em Luanda, que renovou o reconhecimento do imperativo de que a segurança alimentar e nutricional e o desenvolvimento rural continuem a ser um dos temas prioritários da cooperação no âmbito comunitário;
- xiv) Registando a realização da V Reunião dos Ministros do Ensino Superior, Ciência e Tecnologia da CPLP, a 12 de Junho de 2012, em

Luanda, que mandatou o Secretariado Executivo a elaborar uma proposta de Plano Estratégico de Cooperação Multilateral no domínio da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o respetivo Plano de Ação, com apoio dos Pontos Focais; e estabelecer comités especializados nas áreas de interesse comum para discutir ações concretas de curto, médio e longo prazo, cientes de que a capacitação científica e tecnológica, através da cooperação multilateral no quadro da CPLP, é essencial para assegurar a equidade social e o desenvolvimento;

- xv) Felicitando a realização da V Conferência de Estatística da CPLP, a 23 de Junho, em Luanda, que reforçou os princípios orientadores da cooperação estatística como instrumento coadjuvante da avaliação da boa governação no espaço da CPLP;
 - xvi) Saudando a realização da V Reunião de Ministros do Desporto e da Juventude da CPLP, a 6 e 7 de Julho de 2012, em Mafra, que aprovou o Documento Estratégico para a Juventude e reiterou o seu compromisso com a promoção de políticas que atendam aos anseios da juventude no contexto da CPLP, designadamente através do apoio à concretização de iniciativas de fomento à cooperação na área da juventude através de programas temáticos ligados a saúde, cultura, ambiente, associativismo e formação profissional;
10. Tomaram nota da realização, a 26 de Junho de 2012, da Reunião entre os Observadores Consultivos da CPLP e o Secretariado Executivo, iniciativa que vai já na sua VIª edição, e na qual se privilegia a promoção do diálogo com a sociedade civil da Comunidade, aproximando-a à Organização através do seu envolvimento e participação em projectos da CPLP.
 11. Reconheceram a importância da criação do Conselho Económico e Social da CPLP (CES-CPLP), como entidade tripartida de consultas em matéria económica e social, envolvendo a Confederação Empresarial da CPLP e a Comunidade Sindical dos Países de Língua Portuguesa, e que deverá assentar em bases financeiras e organizativas auto-sustentáveis.
 12. No âmbito da Ação Cultural, Promoção e Difusão da Língua Portuguesa:

- i) Saudaram com satisfação a entrada em funcionamento da Direção para Ação Cultural e Língua Portuguesa do Secretariado Executivo, criada no âmbito do processo de reestruturação em curso;
- ii) Registaram, com apreço, as comemorações do Dia 5 de Maio, Dia da Língua Portuguesa e da Cultura na CPLP, inclusive pelos Grupos CPLP junto das Organizações Internacionais e em capitais de países terceiros, e associações da sociedade civil; e congratularam-se com realização da V Semana Cultural da CPLP, destacando a representação da CPLP na 82ª edição da Feira do Livro de Lisboa, que contou com a presença de escritores e investigadores dos Estados membros;
- iii) Instaram os Estados membros a cumprir, tão breve quanto possível, as formalidades constitucionais para a ratificação dos novos Estatutos e Regimento interno do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), enquanto instrumentos essenciais para a conclusão do processo de de normalização daquele Instituto.
- iv) Recomendaram, ainda, o desenvolvimento de esforços para a implementação do Acordo Ortográfico, instando à sua ratificação e ao estabelecimento de formas de cooperação efetiva para a elaboração dos Vocabulários Ortográficos Nacionais (VON);
- v) Congratularam-se com a recondução do Director Executivo do IILP, Professor Gilvan Müller de Oliveira, para o próximo biénio, e a eleição da Dra. Amália Lopes para a Presidência do Conselho Científico do Instituto;
- vi) Saudaram a realização dos quatro Colóquios sobre: a Diversidade Linguística na CPLP (Maputo); o Português nas Diásporas (Praia); o Português na Internet e no Mundo Digital (Fortaleza), o Português nas Organizações Internacionais (Luanda); no seguimento do "Plano de Ação de Brasília para a Promoção, a Difusão e a Projeção da Língua Portuguesa" aprovado em Março de 2010;
- vii) Tomaram boa nota da proposta de Portugal de realizar, em Lisboa, no decurso do primeiro semestre de 2013, a II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial;

- viii) Tomaram nota da realização, na cidade da Praia, da II Reunião Extraordinária do Conselho Científico do IILP, em Dezembro de 2010; da VI Reunião Ordinária, em Agosto de 2011, e da sua atenção à aplicação do Acordo Ortográfico e planificação dos Colóquios Preparatórios da II Conferência Internacional sobre o Futuro da Língua Portuguesa no Sistema Mundial, com o envolvimento activo das Comissões Nacionais dos Estados membros; e da VII Reunião Ordinária, realizada a 29 e 30 de Maio de 2012;
13. Tomaram nota da adopção, pelo Conselho de Ministros, das seguintes resoluções:
- i) A Revisão dos Estatutos da CPLP;
 - ii) O Acordo sobre a Concessão de Vistos de Múltiplas Entradas;
 - iii) A Concessão da Categoria de Observador Consultivo da CPLP;
 - iv) A Coordenação entre os Secretariados Técnicos Permanentes das Reuniões Setoriais e os Órgãos Políticos e Executivos da CPLP;
 - v) O Programa Indicativo de Cooperação da CPLP - 2013-2016;
 - vi) A Constituição do Conselho de Segurança Alimentar e Nutricional da CPLP (CONSAN-CPLP);
 - vii) A Igualdade de Género e Empoderamento das Mulheres;
 - viii) O I Fórum da Sociedade Civil;
 - ix) O “Documento Estratégico para a Juventude da CPLP 2015 e Além”;
 - x) O Reconhecimento do Centro Internacional para Investigação Climática e Aplicações nos Países da CPLP e África (CIICLAA);
 - xi) Uma Cooperação Económica e Comercial Sustentável na CPLP;
 - xii) O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2012;
 - xiii) O Orçamento de Funcionamento do IILP para o Exercício de 2012;
 - xiv) O Orçamento de Funcionamento do Secretariado Executivo para o Exercício de 2013.
14. Tomaram nota da adoção, pelo Conselho de Ministros, da Declaração sobre a Situação na Guiné-Bissau;
15. Aprovaram a Declaração de Apeço ao Secretário Executivo da CPLP, Eng.º Domingos Simões Pereira;

16. Aprovaram, igualmente, as Homenagens aos Presidentes Aristides Maria Pereira e Malam Baicai Sanhá;
17. Aprovaram a Declaração sobre “A CPLP e os Desafios da Segurança Alimentar e Nutricional”;
18. Tomaram nota com satisfação dos preparativos em curso na República de Angola para a realização das eleições gerais, a 31 de Agosto de 2012, e da lei de observação internacional.

Manifestaram a disponibilidade da CPLP em proceder ao envio de uma missão de observação às eleições gerais em Angola;
19. Exprimiram satisfação pela forma exemplar como decorreram as eleições presidenciais e parlamentares em Timor-Leste, como atestaram todas as Missões de Observação Eleitoral presentes;
20. Congratularam-se com a realização da 8ª Edição dos Jogos Desportivos da CPLP, em Julho de 2012, em Mafra, e consideram o evento um factor de promoção e reforço da solidariedade e da cidadania no espaço comunitário;
21. Saudaram, com satisfação, a disponibilidade da República Democrática de Timor-Leste para acolher a X Conferência de Chefes de Estado e de Governo da CPLP, em 2014;
22. Felicitaram as autoridades moçambicanas pela excelente organização e expressaram o seu agradecimento pelo acolhimento e pela hospitalidade dispensada a todos os participantes na IX Conferência de Chefes de Estado e de Governo da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa.

Feita e assinada em Maputo, a 20 de Julho de 2012

Pela República de Angola

Pela República Federativa do Brasil

Pela República de Cabo Verde

Pela República da Guiné-Bissau

Pela República de Moçambique

Pela República Portuguesa

Pela República Democrática de São Tomé e Príncipe

Pela República Democrática de Timor-Leste